

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Prefeituras perdem R\$ 1,3 bi em royalties de petróleo	2
Título: Projeto que altera marco do gás é aprovado	3
Título: Energimp vai operar de forma independente	5
Título: Comercializadora corre risco de inadimplência.....	7
Título: CSN planeja lançar IPO da mineradora em janeiro.....	8
Título: Curta.....	10
Título: Lone Star assume o controle da Atvos, mas disputa com Odebrecht continua	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: As montadoras sob pressão e os royalties do petróleo.....	13
Título: Senado aprova lei do gás, mas texto volta para Câmara.....	15
Título: CBMM é a vencedora do Empresas Mais 2020, concedido pelo 'Estado'	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Novas regras para gás natural voltam para a Câmara	18
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Senado altera Lei do Gás, e projeto volta para a Câmara dos Deputados	18
Título: Frota renovada com o 'elemento surpresa'	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/12/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Carro — Do Rio****Título: Prefeituras perdem R\$ 1,3 bi em royalties de petróleo**

Queda foi de 10% no período de 12 meses até agosto deste ano, aponta levantamento

A queda nos preços do petróleo somada à retração no consumo da commodity provocada pela pandemia gerou perda de R\$ 1,325 bilhão para municípios que recebem royalties e participações especiais, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A queda em 2020, considerando o período de 12 meses terminado em agosto, foi de 10%.

Na lista das cidades mais afetadas pela diminuição das transferências, só o município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, perdeu R\$ 197,4 milhões na comparação com o intervalo de setembro de 2018 a agosto de 2019. Em Ilhabela (SP), a redução foi de R\$ 171,88 milhões, e, em Presidente Kennedy (ES), de R\$ 137,12 milhões.

Consultor técnico da CNM, Eduardo Stranz explica que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) traçam estimativas anuais para a receita de royalties e participações especiais de Estados e municípios. As projeções levam em consideração, além do preço médio do barril de petróleo, a estimativa de produção dos campos petrolíferos e a cotação média do dólar frente ao real. “As estimativas são reavaliadas a cada bimestre pelas prefeituras”, acrescenta Stranz.

O problema é que a cotação internacional da commodity variou enormemente ao longo de 2020. Tomando por base os preços nos contratos no mercado futuro para o petróleo do tipo Brent, logo no primeiro vencimento, o valor da commodity alcançou logo em 6 de janeiro a sua máxima no ano: US\$ 68,91, segundo o **Valor Data**. Três meses e meio depois, em 21 de abril, a cotação do Brent chegava à mínima (até agora) de US\$ 19,33. Ontem, a alta de mais de 4% no contrato futuro do petróleo do tipo Brent terminou o dia no patamar de US\$ 50,90 por barril.

Stranz destaca que a frustração de receitas pode gerar situação delicada para prefeitos em fim de mandato. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu último ano de mandato, o prefeito ou governador não pode deixar restos a pagar (despesas assumidas mas não quitadas até 31 de dezembro) para seu

sucessor sem que haja recursos em caixa para quitação destes compromissos financeiros.

Os cálculos da CNM indicam que, na comparação entre 2019 e 2020, o volume de royalties destinados às prefeituras foi agora R\$ 431,47 milhões menor. No mesmo período de 12 meses terminado em agosto, as participações especiais encolheram em R\$ 828,37 milhões. Já o Fundo Especial do Petróleo (FEP) perdeu R\$ 65,35 milhões na comparação anual.

No Estado do Rio de Janeiro, que concentra boa parte da produção petrolífera no país, o recuo no volume de receitas de royalties e participações transferidas aos municípios no período pesquisado foi de 5%, contra 32% no Espírito Santo, por exemplo. A variação módica em termos percentuais no Rio é explicada pela entrada em operação de novos poços no campo de Lula (Tupi), na região do pré-sal.

Stranz, da CNM, lembra que os efeitos recessivos da pandemia também se fizeram sentir na arrecadação de tributos municipais, como o ISS e o IPTU, o que aumenta a pressão sobre o caixa das prefeituras.

O evangelho da recusa: o Jesus radical de J. M. Coetzee

Filme de Coppola de 1990 ganha montagem diferente

Don DeLillo aborda curto-circuito universal

Reedição de obra seminal traz visão sobre a violência e as milícias na capital fluminense

Coletânea reúne trilhas sonoras compostas pelo músico britânico

Beatriz Milhazes ganha maior retrospectiva no Itaú Cultural e no Masp, que traz inéditas feitas com método desenvolvido na quarentena

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Política

Autor: Vandson Lima — De Brasília

Título: Projeto que altera marco do gás é aprovado

O Senado aprovou ontem, com alterações, o projeto da chamada Lei do Gás. O governo, contudo, teve de se mobilizar para derrubar uma das principais controvérsias do parecer apresentado pelo relator, o ex-ministro de Minas e Energia Eduardo Braga (MDB-AM). A proposta retornará à análise na Câmara.

Braga havia acrescentado um dispositivo para promover a contratação de térmicas inflexíveis locais (que geram energia o tempo todo). Líder do governo, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) argumentou que, na avaliação do governo, isso ocorreria de forma compulsória, criando subsídios cruzados entre os consumidores de energia elétrica e os do setor de gás.

O plenário rachou. O imbróglio colocou em lados opostos os dois companheiros de MDB e possíveis candidatos à presidência do Senado. A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), com apoio do governo, apresentou destaque para derrubar a medida e, por 38 a 33, Braga foi derrotado e as térmicas inflexíveis, retiradas do texto.

No parecer de Braga, ele instituía que “quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) for promover leilões para contratação de energia térmica a gás natural, esta energia seja direcionada prioritariamente para a substituição da geração termelétrica existente que utilize diesel ou óleo diesel, o que deve significar custos mais baixos, menor poluição e maior eficiência das térmicas”, consta no parecer. Essa energia contratada deveria também servir para prover energia para todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O líder do governo criticou. “A contratação dessas térmicas, nos próximos dez anos, segundo estudos do ONS, pode elevar o custo de geração entre 18% e 24%”. O relator, contudo, não abria mão da medida. “Estamos persuadidos de que usinas termelétricas inflexíveis locais a gás natural, a serem despachadas na base do sistema elétrico, independentemente de ordem de mérito, servirão como âncoras de demanda e viabilizarão o transporte de gás natural para as capitais das unidades da federação que ainda não dispõem deste energético, bem como o aproveitamento integral das reservas de gás natural do Brasil, em terra e no mar”, defendeu, sendo vencido ao final.

A nova lei visa desconcentrar o mercado de gás, substituindo o modelo jurídico atual de concessão pela autorização.

O projeto prevê que empresas solicitem apenas uma autorização e não mais uma concessão para explorar os serviços de transporte dutoviário de gás natural e de estocagem subterrânea. De acordo com Braga, “há consenso de que o processo para concessão de um gasoduto de transporte tem se demonstrado excessivamente burocrático, tanto que nenhum foi construído no Brasil desde 2009, apesar do crescimento da produção e do consumo de gás natural na última década”.

O modelo previsto no projeto é o padrão usado em países europeus que passaram recentemente pela abertura do mercado de gás natural, como Inglaterra, Alemanha, Espanha e França.

O aumento da concorrência no setor do gás natural e a expansão da rede de transporte trarão, defendeu Braga, redução dos preços e antecipará a disseminação do uso pelo país. “O momento é este e não podemos ficar para trás do resto do mundo, que adotou o gás natural como a fonte de energia para a transição de uma matriz energética de base fóssil para fontes limpas e renováveis”. Na justificativa, ele aponta que esse combustível hoje já representa 12% da matriz energética do país e estimativas do BNDES apontam para a potencial duplicação da oferta interna de gás natural nos próximos dez anos, originários principalmente da produção do pré-sal.

Projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) são de que este novo marco regulatório gere investimentos de até R\$ 60 bilhões, com a produção de gás natural triplicando até 2030. A nova Lei do Gás poderá gerar 4 milhões de empregos em 5 anos e acrescentar 0,5% de crescimento ao PIB nos próximos 10 anos.

Com esse mercado hoje concentrado nas mãos da Petrobras e suas subsidiárias, o texto pretende evitar a formação de novos monopólios vedando a relação societária entre transportadores de gás natural (que operam os grandes gasodutos que ligam as unidades de produção e as distribuidoras) e produtores e comercializadores. É a chamada desverticalização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Energimp vai operar de forma independente

Companhia é controlada pelo FI-FGTS, com 45%; os outros 55% estão nas mãos da Wind Power Energia (WPE), subsidiária da Impsa

A Energimp, antigo braço de geração eólica da argentina Impsa no Brasil, colocou em curso um plano de reformulação de seus negócios. Enquanto reestrutura a marca para passar a operar de forma independente da holding, a companhia conduz investimentos de R\$ 550 milhões na troca dos seus 242 aerogeradores em operação atualmente no Brasil e espera retomar a ampliação de seu parque no país no médio prazo.

“Estamos fazendo ajustes para trazer ‘para dentro de casa’ as nossas operações, o que pode gerar uma economia importante que vai nos permitir ter caixa voltar a crescer. Acho que a partir de 2022 vamos começar a pensar em crescimento novamente”, afirma o presidente da companhia, Guido Lemos.

A empresa tem atualmente 363,3 MW em geração eólica em operação no país, divididos em cinco complexos no Ceará e em Santa Catarina. A troca de aerogeradores ocorre devido à falta de adequação às condições locais do modelo inicialmente aplicado ao projeto. Ao todo, 143 equipamentos foram substituídos nos últimos 18 meses, ao valor de R\$ 400 milhões. Outros R\$ 150 milhões devem ser investidos para a troca dos 49 geradores restantes nos próximos dois anos. Os novos equipamentos são da chinesa Goldwind e o financiamento para a operação foi obtido por meio da Caixa Econômica Federal. “Vamos ter um parque zerado e queremos extrair o máximo dos equipamentos. No passado, nosso modelo de negócios era muito baseado em terceirização e agora estamos desenvolvendo as competências técnicas dentro de casa”, diz o presidente.

Como parte da nova fase da empresa, foram investidos mais de R\$ 1 milhão em softwares de medição, controle de potência de máquinas e monitoramento, que vão resultar na inauguração de um centro de operações integrado em fevereiro de 2021. Além disso, a empresa renovou seu quadro de executivos e criou uma diretoria técnica, comandada atualmente por Ricardo Balsalobre, que até então atuava na CPFL Renováveis. No momento, os esforços se concentram na montagem de um escritório próprio, em Fortaleza (CE), fora da antiga sede da Impsa.

Atualmente, após um acordo entre acionistas, a Energimp é controlada pelo FI-FGTS, que tem 45% da companhia, enquanto os outros 55% estão nas mãos da Wind Power Energia (WPE), subsidiária da Impsa, que pediu recuperação judicial no Brasil ao final de 2014. O processo de recuperação, no entanto, ainda se arrasta, devido a uma indefinição que durou anos sobre onde deveria transcorrer: na Justiça de Pernambuco ou na de São Paulo. Ao final do ano passado, ficou decidido que a competência seria do Estado nordestino. No entanto, no momento em que o plano de recuperação começou a ser cumprido veio a pandemia de covid-19, que suspendeu os processos. De acordo com fontes envolvidas na recuperação, o plano anda a passos lentos, mas há expectativa de que o novo momento da Energimp, inclusive, ajude na conclusão dos compromissos.

Em paralelo, a Energimp estuda, ainda de forma preliminar, a entrada no mercado de geração solar, por meio da criação de parques de geração híbridos com a fonte eólica. “A energia solar e a eólica são complementares: normalmente no período de maior insolação durante o dia há menos ventos e no período da noite, quando não há luz solar, há mais vento”, diz Lemos.

O futuro crescimento da companhia deve ocorrer de forma diferente da expansão passada. Até agora quase todos os contratos para venda de energia foram feitos no mercado regulado, por meio de leilões de energia, mas novos

acordos devem ser obtidos no mercado livre, no qual estão os maiores consumidores hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Comercializadora corre risco de inadimplência

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) identificou companhia dificuldades para honrar obrigações nas operações de energia no mercado livre

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) identificou mais um caso de comercializadora com dificuldades para honrar com obrigações assumidas nas operações de compra e venda de energia no mercado livre. Nesta semana, o órgão incluiu a Alfa Comercializadora na lista das empresas em “operação assistida”: por oferecerem risco de inadimplência, elas só podem registrar novos contratos se a CCEE certificar que os negócios não ampliarão sua exposição financeira negativa no mercado.

A Alfa se junta à Lúmen e Rio Alto, que estão nesse regime desde 2019. Para a CCEE, o novo caso evidencia a necessidade de um debate “organizado e estruturado” sobre a segurança do mercado através de uma consulta pública da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Embora considere o mercado livre robusto, a instituição vê algumas fragilidades no regulamento atual. Recentemente, enviou ao regulador uma série de propostas sobre o tema, mas a agenda ainda não emplacou.

Segundo o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, a dificuldade de avançar com essa pauta está relacionada aos “desafios regulatórios” que caíram no colo da Aneel neste ano, como os impactos da pandemia da covid-19 sobre o setor elétrico e o apagão no Amapá. “Foram surgindo incêndios para serem apagados. Agora surgiu mais um, da Alfa. Vamos ver se conseguimos apagá-lo de forma estruturada”, afirmou ontem, em conversa com jornalistas.

A discussão sobre segurança de mercado ganhou força no ano passado, quando o setor elétrico vivenciou uma “crise” das comercializadoras após as empresas Vega e Linkx terem dado calote por não terem lastro para honrar com os contratos vendidos, provocando prejuízos de cerca de R\$ 200 milhões. “Não dá para afirmar ainda se [o caso da Alfa] vai contaminar o mercado ou não. Vamos atuar para antever qualquer questão”, disse Altieri.

Para o executivo, o caso da Alfa é “emblemático” porque reúne várias características vistas como temerárias pela instituição. Uma delas é o fato de a Alfa deter o controle de uma segunda comercializadora - hoje inativa - que poderia servir como “backup” para que ela retorne ao mercado caso a outra empresa seja desligada. A estratégia é possível nesse caso porque, pela regra atual, o agente não precisa passar de novo pelo crivo do regulador.

A CCEE vem demonstrando preocupação com o número de comercializadoras inativas no mercado. Hoje, são 60 empresas que estão sem operar há mais de 12 meses, ou mesmo sem nunca ter entrado em atividade. Para Altieri, isso indica que esses agentes estão “aguardando oportunidades” e que pode até existir um mercado de “comercialização de comercializadora” - agentes desligados retornam ao mercado comprando empresas com nome limpo, ou através de empresas próprias “de prateleira”.

Altieri ressalta, porém, que alguns agentes abrem várias comercializadoras para atuar em nichos específicos do mercado. “Isso é salutar, fundamental para desenvolvimento do mercado. O que combatemos é comercialização de comercializadora”.

Para evitar práticas como essas, a instituição já encaminhou uma série de propostas à Aneel. Uma delas prevê mais flexibilidade para o desligamento de agentes. Em outra frente, a CCEE propõe o recadastramento das empresas que tiverem mudança de controle societário, uma espécie de “Revalida” para a conferência de dados do novo controlador. Há ainda propostas para exigir aporte de garantias nas operações do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) e outras que visam aproximar as práticas do mercado livre de energia às do mercado financeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: CSN planeja lançar IPO da mineradora em janeiro

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) planeja lançar, logo na primeira semana de 2021, a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua empresa de mineração. Além disso, já prepara a próxima abertura de capital do grupo, com a criação de uma subsidiária de cimento, segundo o presidente, Benjamin Steinbruch.

O IPO da CSN Mineração foi protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 20 de outubro. A operação terá que ser concretizada até meados de

fevereiro, já que usa como base os resultados do terceiro trimestre deste ano. A previsão era concluir a oferta ainda em 2020, mas o processo acabou sendo postergado, devido a incertezas políticas e econômicas no Brasil, além da deterioração das condições no mercado global.

A avaliação interna, porém, é que a demora acabou se mostrando acertada, já que desde então os resultados da empresa e as perspectivas futuras só avançaram, acompanhando a forte demanda e os crescentes preços do minério de ferro.

“Estamos determinados a fazer o IPO o mais rapidamente possível. Agora, os números do quarto trimestre são muito melhores. É claro que, com a evolução de mercado, somada ao desconhecimento que havia do potencial da operação de mineração, tivemos que dar mais tempo para a oferta”, afirmou o presidente ontem, em um evento virtual realizado para analistas.

Até o fim deste ano, a mineradora deverá chegar a um Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 7,65 bilhões, que representaria um avanço de 29% em relação a 2019. Os investimentos previstos na expansão do negócio, entre 2021 e 2025, deverão somar R\$ 14 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão já no próximo ano, segundo as projeções da companhia, atualizadas ontem.

Nas próximas semanas, a CSN também dará os primeiros passos para o IPO de sua unidade de cimento. Para isso, será preciso antes fazer uma reformulação societária do grupo e a criar uma subsidiária para a operação.

A avaliação é que a oferta poderá ser realizado no primeiro semestre de 2021, mas não há ainda nenhuma definição nem urgência para a operação, destacou o diretor financeiro do grupo, Marcelo Ribeiro.

Além disso, diz o executivo, eventuais oportunidades de aquisições no mercado de cimentos poderão interferir nesse calendário. “A oportunidade de expansão da unidade está se materializando cada vez mais, mas o fato é que a decisão da expansão vai ser dada uma vez que o mercado se consolidar, o que deve acontecer”, afirma.

Hoje, a CSN é a sexta maior empresa do setor do país, com grande foco na região Sudeste. A companhia, porém, vê um potencial grande de crescimento, tanto orgânico - por meio de novas fábricas no Pará, em Sergipe e no Paraná, por exemplo - quanto via aquisições - já que se trata de um mercado ainda bastante fragmentado, com grande potencial de consolidação.

Os planos de IPOs da CSN Mineração e Cimentos fazem parte de um projeto de dar maior independência e autonomia às diferentes unidades de negócio do grupo - que também tem braços de siderurgia, logística e energia.

Os processos também poderão ajudar a reduzir a alavancagem financeira da CSN, que nos últimos anos sofreu pressão para diminuir o alto índice dívida líquida/Ebitda da empresa, que chegou a 5,66 vezes em 2017.

Nos últimos meses, porém, o aumento na geração de caixa deu ao grupo um alívio maior do que o esperado em sua alavancagem. A projeção, atualizada ontem, é terminar 2020 com o índice abaixo de 2,5 vezes.

Para o próximo ano, a meta também passou a ser mais ambiciosa, com a perspectiva de diminuir a alavancagem abaixo de 2 vezes, com uma dívida líquida de 20 bilhões - contra R\$ 30,6 bilhões registrados no terceiro trimestre deste ano.

“Não vai me surpreender se, ano que vem, nós estivermos alavancados em 1,5 vez. Nossos concorrentes tem alavancagem menor”, disse Steinbruch.

O presidente afirmou que, além da redução natural do índice devido à perspectiva de aumento na geração de caixa, a CSN pretende manter a venda de ativos, como uma forma de acelerar o processo. “Acreditamos que, com os juros mais baixos, é hora de viabilizar projetos. Uma alavancagem entre 1 e 2 vezes é um objetivo de médio e longo prazo”, disse o empresário.

Principal acionista da CSN, Steinbruch também ressaltou seu otimismo para a economia do país em 2021. Destacou a importância do respeito aos limites fiscais do país e disse que “apesar da dificuldade entre [os Poderes] Executivo e Legislativo”, acredita que “o bom senso vai prevalecer”.

No próximo ano, a CSN tem o plano de investir um total de R\$ 2,8 bilhões em seus negócios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Ultrapar aprova plano

A Ultrapar aprovou ontem um plano de investimentos para o próximo ano de R\$ 1,89 bilhão, com aumento em relação a 2019 e 2020. A Ipiranga responderá

pela maior parte do volume, com total de R\$ 791 milhões de investimentos - concentrados na expansão da estrutura logística, no crescimento da rede de postos, das operações próprias e novas franquias da AmPm. Na sequência vêm a Ultracargo, com investimento de R\$ 360 milhões, e a Ultragaz, com R\$ 349 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/12/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Lone Star assume o controle da Atvos, mas disputa com Odebrecht continua

Decisão do TJ-SP determina que a sucroalcooleira passe ao comando do fundo americano

O fundo americano Lone Star assumiu oficialmente o controle da sucroalcooleira Atvos, que está em recuperação judicial. O registro da transferência de 50% das ações mais uma da companhia da Odebrecht para o fundo foi realizado na noite de terça-feira, logo após uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) impor multa de R\$ 10 milhões ao dia caso o movimento não fosse feito.

Em decisão monocrática, o desembargador Azuma Nishi, da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ-SP, determinou até a possibilidade de uso de força policial para viabilizar a transferência, e impôs uma multa milionária caso a Atvos não cumprisse a ordem.

O desembargador entendeu que não era necessário aguardar uma decisão do Congresso Nacional para autorizar a transferência das ações para o fundo americano porque não se trata de um negócio de compra e venda de terras extensas para um player estrangeiro, apenas de transferência de ações.

A Odebrecht citava, em sua argumentação, ofício emitido pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que determinou que não poderia haver mudança de controle acionário da Atvos antes de uma decisão do Congresso, já que a companhia possui extensas propriedades rurais (cerca de 500 mil hectares com cana) e o Lone Star é um investidor estrangeiro. Havia ontem a expectativa de que a ODB recorresse ao Supremo Tribunal Federal (STF), já que a compra de terras por estrangeiros envolve dispositivos constitucionais.

Em decisão de 25 de novembro, o TJ-SP já havia se posicionado a favor do Lone Star ao recusar um recurso da Odebrecht que tentava impedir a transferência das ações, mas o conglomerado baiano ainda tentava recorrer da decisão.

Em maio, o fundo americano comprou por US\$ 5 milhões o controle da Atvos do banco Natixis, que executou as ações da sucroalcooleira que bancos credores da ODB detinham em alienação fiduciária em um empréstimo realizado ao conglomerado no Peru. Desde então, Lone Star e Odebrecht vêm travando uma guerra jurídica pelo comando da Atvos, paralelamente à execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores da sucroalcooleira.

Para garantir o cumprimento da decisão do desembargador Azuma Nishi, o fundo americano apresentou à Justiça uma caução de US\$ 1 bilhão - US\$ 250 milhões em uma apólice de seguro garantia da seguradora Zurich, cerca de US\$ 250 milhões equivalentes ao crédito do Lone Star junto à Atvos e o restante em ações da sucroalcooleira que agora o fundo detém, apurou o **Valor**.

Trata-se de uma garantia para reverter eventuais prejuízos caso o controle da Atvos volte para a Odebrecht, já que a decisão do desembargador foi em caráter liminar e ainda há um processo de arbitragem que poderá reverter a situação.

Essa disputa aguarda a formação de tribunal arbitral na Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), que está em fase final de formação. Já foram nomeados dois juízes e o terceiro juiz, que presidirá o caso, está em processo de indicação.

Enquanto isso, nos próximos dias o Lone Star deverá iniciar o processo para eleger um novo conselho de administração e uma nova diretoria para a Atvos. Para isso, o fundo terá, em primeiro lugar, que realizar a convocação de uma assembleia de acionistas, o que poderá ocorrer nos próximos 30 dias, apurou o **Valor**.

Em nota, o Lone Star disse que “está comprometido a realizar uma transição de controle sólida e tranquila nos próximos dias e semanas, e espera trabalhar em conjunto com a administração da Atvos e seus milhares de funcionários, clientes, fornecedores, comunidades, credores e demais stakeholders”.

A Atvos tem nove usinas (oito em funcionamento), com capacidade instalada total de 37 milhões de toneladas de cana por safra. A companhia, que registrou receita de R\$ 4,5 bilhões no ciclo 2019/20, emprega diretamente mais de 9 mil trabalhadores, segundo a administradora judicial Alvarez & Marsal.

O fundo americano já afirmou publicamente - e nos processos na Justiça - que pretende rever o plano de recuperação judicial da Atvos, aprovado em maio e homologado em agosto. O plano atual está sendo cumprido e já foi realizada a emissão dos bônus de subscrição para os bancos, proporcionais aos créditos de cada um. O plano previa que a Odebrecht e os bancos tentariam encontrar um

comprador para a Atvos, mas também prevê a possibilidade para que as instituições financeiras exerçam antecipadamente os bônus e assumam, dessa forma, o controle de 90% da sucroalcooleira.

Caso os bancos exerçam os bônus de subscrição imediatamente, o Lone Star ficaria com 5% das ações da Atvos mais uma, enquanto a Odebrecht ficaria com 5% menos uma. Porém, uma fonte próxima dos credores disse que a conversão só faria sentido se já houvesse um comprador a quem repassar o controle.

O receio agora entre os credores é que a mudança de controle pressione os valores que estavam sendo negociados com os investidores que haviam manifestado interesse na Atvos - até agora, iniciaram conversas o fundo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, e o banco BTG.

A efetivação da transferência do controle para a Lone Star foi um duro golpe para os planos da Odebrecht. Porém, segundo fontes ouvidas pela reportagem, o entendimento no grupo é que a guerra ainda não foi perdida e novos recursos estão sendo estudados. Procurada, a Odebrecht não se pronunciou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2020

Seção: Colunas

Autor: Celson Ming

Título: As montadoras sob pressão e os royalties do petróleo

Ninguém sabe quando a era do petróleo chegará ao fim. Mas esse limite está cada vez mais próximo, bem antes de se esgotarem as reservas de hidrocarbonetos no subsolo. E isso produz importantes consequências para o Brasil.

Como aponta matéria publicada no Estadão de domingo, 6 de dezembro, assinada pela jornalista Cleide Silva, aumentam em todo o mundo as restrições à produção de carros novos movidos a gasolina ou diesel. Inglaterra, Alemanha, países da Escandinávia, Japão, China e até mesmo o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, vêm antecipando o início dessa proibição, para 2030 ou 2035. São prazos que inevitavelmente serão adotados por outros países, se não por imposição legal, pelo menos por simples lógica de mercado.

Explicando melhor, por questão de escala de produção ou por necessidade de atender a exportações sob novos padrões, a indústria automobilística global não poderá produzir carros a gasolina para alguns países e, ao mesmo tempo, carros movidos a energia elétrica para outros; terão de unificar os modelos. Isso é mais ou menos como aconteceu com as aeronaves a jato. Quando alguns governos impuseram restrições aos ruídos produzidos pelas turbinas de aviões a jato, essa

condição se estendeu a todo o mercado, porque todo avião tinha de estar pronto para operar em qualquer aeroporto ao redor do mundo. Ou seja, a indústria automobilística brasileira tem de tirar também o atraso em relação a esse item porque tem de pensar nas exportações.

Os veículos elétricos ou híbridos representam atualmente 10% das vendas globais de automóveis. Em 2030, a estimativa é de que as vendas desses modelos sejam cerca de 50%, apontam os relatórios de grandes consultorias.

A pressão cresce também sobre a indústria global do petróleo. Mesmo levando-se em conta que a partir de 2030 ainda haverá grande demanda por derivados, não só para atender à frota de veículos a gasolina ou a diesel, mas, também, para queima nas usinas termoeletricas que continuarão funcionando a despeito do aumento da energia limpa, o petróleo vai acabar por mi-car onde ele se mantiver inexplorado -independentemente do tamanho e da qualidade dessas jazidas.

Daí, também, a urgência em concentrar esforços e capitais para extrair o que o pré-sal brasileiro e outros campos de hidrocarbonetos puderem proporcionar. Os governos do PT cometeram o grave erro de retardar o processo de exploração de petróleo no Brasil, mais para impedir a entrada de empresas privadas estrangeiras e nacionais nesse mercado do que para preservar o futuro das próximas gerações - quando elas não precisarão mais desse recurso natural. É o mesmo erro que cometem agora as corporações ligadas aos sindicatos dos petroleiros. Não moveram uma palha em defesa da Petrobrás enquanto foi dilapidada pela corrupção e agora protestam quando a empresa se dedica a se desfazer de atividades secundárias para se concentrar na sua atividade principal, que é a produção de petróleo.

Mas há outro fator, desta vez de natureza fiscal, que exige urgência na exploração do petróleo brasileiro antes que ele perca a condição de produto estratégico, como ainda é hoje. Trata-se da geração de receitas com royalties e participações especiais, que hoje geram R\$ 45 bilhões por ano.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, está praticamente falido e não pode abrir mão de nenhuma oportunidade para atender às necessidades orçamentárias. Petróleo que deixa de ser produzido é royalty que deixa de chegar. Igual necessidade se aplica a outros Estados e municípios do País, tão castigados pela perda de arrecadação nestes últimos anos de crise.

Atrasar a exploração desse recurso implica irreversível punição fiscal a esses entes da Federação. Em alguns casos, grandes petroleiras vêm desistindo da exploração de áreas obtidas por leilão, por atrasos inexplicáveis (ou pura falta de empenho) na concessão de licenciamentos ambientais, como aconteceu no

Amapá. E esse é outro fator de irracionalidade e de perda fiscal que atinge o setor do petróleo.

O tempo não espera que o País acorde da falta de noção de urgência e de sua omissão irresponsável.

COMENTARISTA DE ECONOMIA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/12/2020

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman Anne Warth Marlla Sabino / BRASÍLIA

Título: Senado aprova lei do gás, mas texto volta para Câmara

Novo marco regulatório pode atrair investimentos de até R\$ 60 bi; governo diz que quer restabelecer projeto aprovado por deputados

O Senado aprovou o projeto da Nova Lei do Gás desidratando o texto da Câmara. Com isso, a proposta precisará ser analisada novamente pelos deputados federais, atrasando a tramitação da medida no Congresso. O novo marco do gás é a aposta do governo para reduzir o preço do insumo, atrair investimentos, aumentar a competição e evitar monopólios. A queda de custo deve atingir os principais consumidores do gás natural – a indústria e o setor de energia termoeleétrica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.

O projeto estabelece o regime de autorização para gasodutos. Desde 2009, o regime adotado é de concessão, mas nenhum gasoduto foi construído no período. Com a autorização, o processo é mais simples e cada agente poderá construir, ampliar, operar e manter livremente as estruturas de transporte, por sua conta e risco. O objetivo é aumentar o número de empresas atuantes no mercado de gás, rompendo assim o monopólio da Petrobrás. O governo também vai incentivar os Estados a privatizarem suas empresas e atualizarem os marcos regulatórios próprios, já que a competência para legislar sobre distribuição de gás é dos governadores.

O novo marco pode atrair investimentos entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões, com a produção de gás natural triplicando até 2030, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética. Nesse contexto, a nova lei poderá abrir 4 milhões de novos postos de trabalhos em cinco anos e acrescentar 0,5 ponto percentual de crescimento do PIB nos próximos 10 anos.

Mudanças. O relator do projeto no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), incluiu no texto as termoeletricas inflexíveis (geram energia o tempo todo e não ficam

em stand-by para serem acionadas apenas em caso de escassez de chuvas, por exemplo). A inclusão enfrenta resistência do governo e da própria indústria e acabou sendo rejeitada. Numa votação à parte, pedida pelo Cidadania, a alteração foi retirada do texto por 38 votos a 33. O argumento da líder do partido, Eliziane Gama (MA), é que a prioridade pelas termoeletricas prejudicaria a produção de energia solar e eólica. “Estamos aqui desestimulando a produção de energia limpa”, afirmou.

Em defesa, Braga disse que a inclusão das térmicas inflexíveis não concorria com a reserva de energia eólica e solar. De acordo com ele, as usinas incluídas serviriam como “âncoras” e viabilizariam o transporte de gás natural para regiões que ainda não dispõem dessas fontes de energia. “Se houvesse uma térmica inflexível a gás no Amapá, nós não teríamos tido o sofrimento que tivemos no Estado (apagão)”, afirmou o senador. Ainda de acordo com Braga, as termoeletricas inflexíveis a gás natural poderiam substituir as usinas térmicas abastecidas a óleo diesel, considerado um combustível mais “sujo”.

O governo se posicionou contra a inclusão das usinas inflexíveis. O custo de geração de energia ao consumidor final pode aumentar, argumentou o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Outras alterações do relator, porém, ainda ficaram no projeto e por isso a proposta volta à Câmara. Bezerra disse que o Executivo defenderá o texto que tinha sido aprovado pelos deputados. Braga alterou, por exemplo, o projeto da Câmara para garantir os direitos e as autorizações dadas às transportadoras dos gasodutos em implantação ou processo de licenciamento ambiental em 5 de março de 2009.

O projeto aprovado pelos deputados preservava apenas as classificações desses gasodutos. O Estadão/Broadcast apurou que a emenda privilegia a seleção e a construção de gasodutos que já obtiveram licenciamento ambiental. De 11 estruturas licenciadas, seis são de empresas que pertencem ou estão ligadas ao empresário Carlos Suarez - como a Termogás e a CS Energia. Os novos gasodutos já licenciados somam 6,7 mil quilômetros, dos quais 5,2 mil km, ou 77%, estão relacionados a Suarez de alguma forma. Caso o detentor das autorizações perca no processo licitatório para construção dos gasodutos, ele terá a garantia de receber 5% dos investimentos previstos para o projeto autorizado.

“Na nossa avaliação, o texto aprovado no Senado distorce o projeto original em vários pontos, por exemplo ao retirar restrição a formação de monopólios privados. Por outro lado, a mudança que criaria subsídios na conta de energia elétrica para viabilizar gasodutos e empresas caiu, o que consideramos como uma grande vitória dos consumidores”, disse o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. Ele defendeu o resgate do texto original na Câmara.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/12/2020****Seção: Economia****Autor:****Título: CBMM é a vencedora do Empresas Mais 2020, concedido pelo 'Estadão'**

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) levou o troféu de empresa do ano do Empresas Mais 2020, premiação promovida pelo 'Estadão', além do primeiro lugar nas categorias Metalurgia e Siderurgia, Alto Impacto, Altíssimo Impacto e o Regional Sudeste. Desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA) e a Austin Rating, o prêmio analisou os balanços de 3.150 companhias para definir as que tiveram os melhores resultados em cada segmento de atuação. Além da CBMM, outras 92 companhias foram premiadas em 38 categorias. Entre os vencedores estão empresas como Rede D'Or São Luiz, ArcelorMittal, Renault, Shell, Localiza, Vivo e Tramontina.

O diretor executivo da CBMM, Eduardo Ribeiro, afirmou que vencer o Empresas Mais reflete o trabalho da companhia, baseado no crescimento por meio da tecnologia. "Essa é uma grande conquista para todos os funcionários e parceiros da CBMM." Na categoria Melhor Banco, o Bradesco ficou na primeira colocação. O presidente da instituição financeira, Octavio de Lazari, destacou que receber o prêmio em um ano difícil como o de 2020 tem um "valor superlativo". "Nosso objetivo foi ser solidário com clientes e sociedade, mantivemos nossos compromissos com os mandatos conferidos pelos acionistas e investidores e, sobretudo, acreditamos no Brasil", afirmou.

"Seremos capazes de vencer os obstáculos que estão aí. São razões de sobra para nos sentirmos honrados e até emocionados com esta premiação conferida, neste momento de dificuldade, por uma casa como o 'Estadão', cuja tradição de credibilidade e seriedade é sua maior marca secular", acrescentou. Para Renato Lulia, diretor de relações com investidores do Itaú Unibanco, foi importante, em 2020, ter colocado em prática rapidamente um plano de trabalho focado em prover sustentabilidade e apoio aos clientes para atenuar os efeitos da covid-19 em seus negócios. "Reforço que eles (os clientes) podem continuar contando conosco para enfrentar esse desafio", disse, após o Itaú vencer na categoria de Maior Banco.

O presidente da Shell Brasil, André Araujo, também destacou as dificuldades de se trabalhar em plena pandemia e agradeceu aos funcionários os resultados atingidos pela empresa, apesar do cenário adverso. "Mesmo com grande parte trabalhando remotamente há quase nove meses, cada um deles (dos funcionários) tem participação no prêmio que ganhamos hoje", disse Araujo. A

Shell venceu na categoria Mineração, Cimento e Petróleo e também levou o prêmio na de Grandes Grupos.

Reformas. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também participou do evento online e parabenizou as empresas premiadas. Ele disse que espera aprovar ainda neste ano a reforma tributária, que está em tramitação na Casa. “Essa reforma é fundamental para o ambiente de negócios”, frisou. Para Maia, a economia do País vai crescer apenas se o ambiente de negócios melhorar. A necessidade de avanço nas reformas estruturantes também foi abordada pelo diretor-presidente do Grupo Estado, Francisco Mesquita Neto. “Para que o Brasil possa voltar a crescer de forma sustentável e enfrentar de forma digna os desafios sociais que existem, as reformas administrativa e tributária devem ser discutidas o mais rápido possível no âmbito federal”, disse. “Governo federal, deputados e senadores não podem postergar essa discussão e decisão vitais para o presente e para o futuro do Brasil.” Mesquita Neto também parabenizou os vencedores do prêmio, que “enfrentaram com responsabilidade esse desafio único imposto pelo coronavírus”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/12/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Novas regras para gás natural voltam para a Câmara

Senado aprovou a Nova Lei do Gás, que traz alterações nas regras do mercado de gás natural. Como o texto sofreu alterações, terá de retornar à Câmara. Relator da proposta, Eduardo Braga (AM), defende que o projeto visa objetivo contribuir para o aumento da concorrência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/12/2020

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Senado altera Lei do Gás, e projeto volta para a Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que muda o marco regulatório do setor de gás natural. O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) alterou o texto aprovado na Câmara, na contramão do que defende a maior parte da indústria. Com isso, a proposta voltará para a análise dos deputados.

O projeto faz parte de um plano lançado em meados de 2019, com o qual o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende promover o que ele chama de “choque de energia barata” para incentivar uma reindustrialização do país.

Ponto considerado importante pelo governo, Braga flexibilizou a proibição de haver relação societária entre transportadores de gás (os grandes gasodutos ligando as unidades de produção e as distribuidoras) e produtores e comercializadores. A chamada verticalização havia sido proibida pela Câmara.

Braga também alterou o projeto da Câmara para garantir os direitos e as autorizações dadas às transportadoras dos gasodutos em implantação ou processo de licenciamento ambiental em 5 de março de 2009.

Além disso, o senador tirou poder da Agência Nacional do Petróleo (ANP) na definição de regras nacionais do setor, dando mais autonomia aos estados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/12/2020

Seção: O País

Autor: ROBERTO MALTCHIK

Título: Frota renovada com o ‘elemento surpresa’

Marinha lança ao mar hoje o Humaitá, modelo mais moderno e parte de um programa que prevê investimento de R\$ 37,1 bi

Silencioso e furtivo, ele é o elemento surpresa nos conflitos no mar. Em um país continental, com uma costa de 7.367 quilômetros, o submarino é praticamente indispensável para negar o acesso de embarcações inimigas.

Por isso, hoje, a Marinha dá um novo passo para a renovação de sua frota, com o lançamento ao mar da segunda unidade da classe Scorpene, que integra o ProSub, batizada de Humaitá.

O programa de submarinos, lançado em 2008, prevê investimento total de R\$ 37,1 bilhões, incluindo quatro submarinos de propulsão convencional — com motores diesel-elétricos de fabricação francesa — e uma quinta embarcação de propulsão nuclear, com previsão de entrega somente em 2031 e cuja produção é, no mínimo, desafiadora.

TORPEDOS E MÍSSEIS

Neste último, o desenvolvimento atômico cabe exclusivamente ao Brasil, em um projeto de alta complexidade, iniciado em 2012. Até agora, a Marinha já

investiu R\$ 20,8 bi no ProSub. Todos os submarinos são equipados com torpedos, minas e mísseis SM 39 Exocet, de alta precisão.

O evento, que ocorre no Complexo Naval de Itaguaí e terá a presença do presidente Jair Bolsonaro, marca dois avanços do ProSub. Além da inauguração do Humaitá, que entra na fase de testes, haverá a integração dos módulos do terceiro, o Tonelero.

Inicialmente, estava previsto que a Marinha pudesse comemorar, na mesma data, o início das operações do submarino Riachuelo, o primeiro da série. Porém, a fase de testes demorou mais do que o previsto. Neste momento, o Riachuelo ainda é submetido aos chamados testes de plataforma, nos quais são analisados aspectos como navegação, manobras, propulsão e funcionamento do leme.

De acordo com pessoas próximas ao projeto, o atraso na operação do Riachuelo se deve às adaptações feitas no modelo francês para navegação no Brasil. O Scorpene, na versão brasileira, é mais longo, o que amplia seu tempo máximo de operação contínua em relação ao modelo original, que passa de 50 para 70 dias.

O almirante Celso Mizutani Koga, engenheiro responsável pelo projeto, ressalta que a adaptação se deve à grande extensão da costa brasileira.

Atualmente, o Brasil dispõe dos submarinos da classe Tupi para atuar sob as águas. As cinco unidades foram compradas da Alemanha, nos anos 1980.

Porém, hoje, além das diferenças de performance em relação aos novos — a profundidade máxima da classe Tupi, por exemplo, é de 270 metros, contra 300 metros dos franceses —, algumas das atuais embarcações estão submetidas a longos períodos de inatividade para manutenção.

— Existe uma evolução tremenda. Há um avanço relevante no processamento de dados dos sonares, por exemplo. É como comparar um Fusca com um carro japonês dos dias de hoje. Não só os sensores, mas a própria capacidade do periscópio de produzir imagens rapidamente, mantendo o submarino discreto, é muito superior — explicou o almirante Koga.

PROPULSÃO NUCLEAR

O ProSub também contempla o que pode ser chamado de um projeto à parte dentro do programa. Um terço de todo investimento bilionário é direcionado ao desenvolvimento do chamado SN-BR, o primeiro submarino de propulsão nuclear do Brasil, um tipo de equipamento que integra a frota de um seleto grupo de nações, como Estados Unidos, China, Reino Unido, França e Rússia.

Entre as diferenças mais importantes, além da velocidade, enquanto o S-BR fica submerso por um pouco mais de dois meses, o SN-BR poderá ficar em operação por tempo indeterminado. A estimativa é que missões com esse tipo de equipamento possam ocorrer por até um ano.

Além dos desafios orçamentário e técnico, como manter um reator nuclear em alta profundidade, com controle de ruído, pressão e temperatura, o submarino nuclear enfrenta outros obstáculos não desprezíveis, como barreiras para aquisição de componentes essenciais.

—O desenvolvimento autônomo da tecnologia nuclear exigirá posição firme do governo e da Marinha às pressões econômicas e estratégicas —explica Nelson During, editor-chefe do Portal DefesaNet.

www.valor.com.br

sexta-feira, 12 de dezembro de 2013 | A5 | Valor | 12/12/13

Em ensaio, Lara Resende diz que é hora da política fiscal expansionista

EUA e Fim de Semana

Seca e calor afetam as principais culturas agrícolas do país

ESQ

"Lutar contra o aquecimento é lutar contra a desigualdade", diz Laurent Fabius

A22

Destaque

LIVE-VALOR

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Seu e-mail

Tesouro coloca em caixa R\$ 271 bi e alonga dívida

Luciano Pádua e Victor Hume

De São Paulo

Com a necessidade de caixa, quando o Tesouro colocou em caixa mais de R\$ 271 bilhões, o Brasil Nacional já está com um déficit de R\$ 171 bilhões, acumulando assim o maior déficit da história. Segundo o Relatório de Gestão Fiscal, o déficit do Tesouro Nacional em 2013 chegou a R\$ 171 bilhões.

"O Tesouro Nacional lançou operações de captação de recursos para cobrir o déficit, o que resultou em um aumento do déficit de R\$ 171 bilhões", diz o Relatório de Gestão Fiscal.

O Tesouro Nacional lançou operações de captação de recursos para cobrir o déficit, o que resultou em um aumento do déficit de R\$ 171 bilhões.

Fôlego fiscal

Gráfico de barras mostrando o déficit do Tesouro Nacional em bilhões de reais.

Ano	Deficit (bilhões de reais)
2008	100
2009	100
2010	1

O ESTADO DE S. PAULO



Sexta-feira 11 DE DEZEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 48441

estadão.com.br

Saúde prevê gastar R\$ 250 milhões para distribuir 'kit covid'

Hidroxicloroquina e azitromicina chegariam à população pelo Farmácia Popular

O Ministério da Saúde planeja gastar até R\$250 milhões para oferecer hidroxicloroquina e antibiótico azitromicina no programa Farmácia Popular. O plano prevê reembolsar farmácias conveniadas para que distribua gratuitamente os produtos que compõem o "kit covid". Essas drogas não têm eficácia comprovada contra o novo coronavírus, mas se tornaram aposta do governo de Jair Bolsonaro para enfrentar a pandemia. O governo tem encalhar

dos 2,5 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina, mas esse lote não vai ser usado na composição do kit, que será distribuído com prescrição médica. Com os recursos públicos previstos para a distribuição do "kit covid", seria possível comprar 13,18 milhões de doses da vacina produzida pela Universidade de Oxford e pelo laboratório AstraZeneca, ao preço de R\$ 18,95 por unidade. O Ministério da Saúde não se pronunciou. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

● **A pandemia no Brasil** (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	179.801
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24h, ATÉ AS 20h DE ONTEM	769
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	642
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	6.783.543
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24h, ATÉ AS 20h DE ONTEM	53.425
TOTAL DE RECUPERAÇÕES*	5.931.777

*NÚMERO DE MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete no Planalto vira 'comitê' da eleição de Lira

O gabinete do ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), no 4.º andar do Palácio do Planalto, virou ponto de reuniões com deputados em defesa da eleição do deputado Arthur Lira (Progressistas-AL) para a presidência da Câmara. De lá, saem com promessas de emendas parlamentares, algumas além daquelas a que já têm direito, e de cargos a preencher em seus redutos eleitorais. **POLÍTICA / PÁG. A4**

● **Papel institucional**
Secretaria de Governo afirmou que é "missão institucional e legal" do ministério receber parlamentares. **PÁG. A4**

Empresas Mais

CBMM É ELEITA A EMPRESA DO ANO EM 2020

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) foi eleita a empresa do ano do *Empresas Mais 2020*, promovido pelo *Estadão*. A CBMM também foi primeira colocada em outras quatro categorias. O prêmio analisou os balanços de 3.450 companhias e, no total, 93 foram premiadas em 38 categorias. **ECONOMIA / PÁG. B10**

● **Agendas mudam**
Consumidor tem exigido maior atuação das empresas nas áreas ambiental e social. **PÁG. B10**

Estado de SP terá novas restrições

Diante do crescimento das infecções e internações por covid-19, o governo de São Paulo deve anunciar hoje novas medidas restritivas para atividades que têm causado aglomerações, como reuniões em festas e bares. Não deve haver, por enquanto, fechamento desses estabelecimentos, mas sim redução no horário de funcionamento. **METRÓPOLE / PÁG. A21**

● **Ensino remoto**
O MEC autorizou o ensino remoto nas escolas públicas e particulares do País até o fim da pandemia. **PÁG. A18**

Butantã começa a produzir a Coronavac

● **Governo de SP** informou que 11 Estados negociam compra do imunizante, desenvolvido pelo laboratório Sinovac, e 276 cidades formalizaram interesse. **PÁG. A20**



Na serra, sem pressa e sem aglomeração

Marcos Camero, da padaria Miolo, e o filho Nilson, de 8 meses de idade, com bares e restaurantes arrejados e proximidade com a natureza, a Serra da Cantareira, em Mairiporã, a 15 minutos da zona norte de São Paulo, é um lugar cada vez mais procurado pelos paulistanos para um bate-volta seguro e agradável. **PÁGS. H1 e H2**

Polícia rastreia fonte de ameaças e ofensas raciais a eleitas

Uma investigação feita em conjunto com a Interpol indica que as ameaças de morte e ofensas raciais contra mulheres recém-eleitas partiram do mesmo e-mail, cuja conta tem provedor registrado na Suíça. **POLÍTICA / PÁG. A10**

Airbnb tem alta de 112% na estreia na Nasdaq

ECONOMIA / PÁG. B8

JOSEPH SAFRA • 1938 - 2020

BANQUEIRO MORRE AOS 82 ANOS

Dono de uma fortuna calculada em US\$23,2 bilhões e considerado o homem mais rico do Brasil, Joseph Safra era o último sobrevivente de uma estirpe de grandes banqueiros, que prosperou nos últimos 60 anos no



ECONOMIA / PÁG. B7

DIRETO DA FONTE

"Seu José" atribuía sucesso a não emprestar dinheiro a todos que pediam, escreve Sonia Racy. **NA QUARENTENA / PÁG. H2**

Eliane Cantanhêde

Bolsonaro falou em "finalzinho da pandemia". É erro demais, absurdos demais, provocações demais para ser normal. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Pedro Doria

As Big Techs não controlam de todas as tecnologias, mas em breve o farão. É, simplesmente, poder demais. **ECONOMIA / PÁG. B9**



NOTAS & INFORMAÇÕES

A corda e a caçamba

Incapaz de organizar uma base sólida no Congresso, o presidente Jair Bolsonaro depende cada vez mais dos humores do Centrão. **PÁG. A3**

Desemprego é aqui mesmo

Na contramão do mundo, Brasil tem desemprego em alta. **PÁG. A3**

Tempo em SP 18° Min. 29° Máx.

DEZEMBRO MÁGICO CADA CHERY VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: FALTAM 70 DIAS

SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.490 ★ R\$ 5,00

Ligação entre delegado da PF e Alcolcumbre gera críticas

A coincidência entre a doação de aeronave ao Amapá a pedido de Davi Alcolcumbre (DEM-AP) e a criação de diretoria antidrogas gerou mal-estar na PF. Na mesma época da doação, o chefe do Senado viabilizou trâmites para a diretoria desejada pela PF. Os episódios tiveram participação do mesmo delegado, Elvis Secco. Poder A4

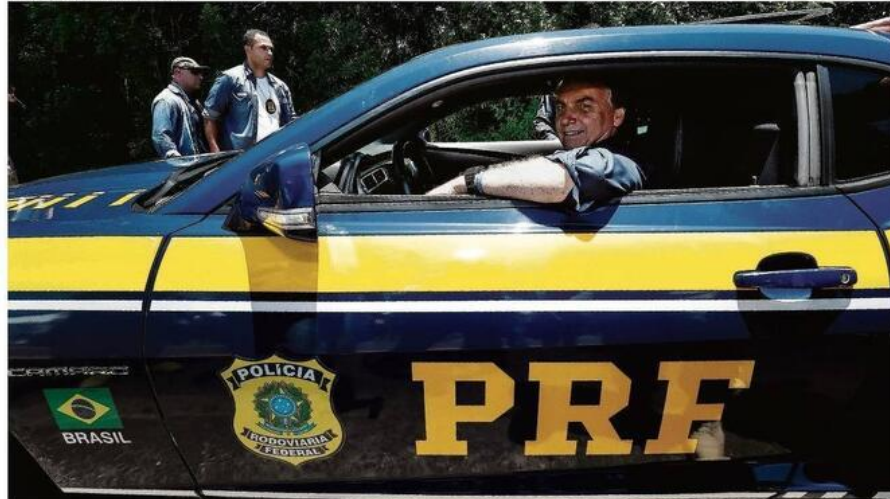
Receio de novo surto altera planos de escritórios

A alta de casos de Covid levou empresas a rever planos de retorno presencial e a ampliar medidas contra o contágio, como aumento de testagens e reforço nas orientações fora do ambiente de trabalho, além da expansão do home office. Mercado A18

Para Itaú, há risco de retração caso Covid não recue

Mercado A19

Alan Santos/Olivação/Presidência da República



Jair Bolsonaro posa para foto de sua assessoria em um Camaro SS 2014 da Polícia Rodoviária Federal, fruto de apreensão, em Barra do Ribeiro (RS)

Bolsonaro vê 'finalzinho de pandemia'; os números não

Presidente exalta gestão no dia em que 20 unidades da Federação registram estágio pior de casos



Joseph Safra, em 2009

Morre Joseph Safra, o homem mais rico do Brasil

O banqueiro Joseph Safra morreu ontem, aos 82 anos — de causas naturais, segundo o banco Safra. Com patrimônio de cerca de R\$ 119 bilhões, era o homem mais rico do Brasil, pela lista da Forbes. Discreto, foi símbolo do setor financeiro. Mercado A20

Luiz Carlos Trabuco: Geração de Safra era de banqueiros por vocação

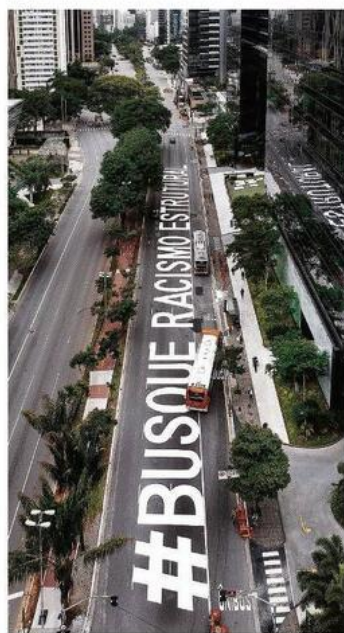
A20

Bruno Covas fará radioterapia contra o câncer

cotidiano B4

Justiça italiana condena Robinho em 2ª instância

Robinho foi condenado de novo no processo em que é acusado de participar de estupro coletivo em 2013 em Milão. A decisão ocorreu na segunda instância da Justiça italiana, e a defesa pode recorrer à terceira e última. O atleta nega ter cometido crime. Esporte B7



Eduardo Knapp/Folhapress

ANTIRRACISMO NA FARIA LIMA

Grupo de artistas pintou a frase '#Busque Racismo Estrutural' na avenida do mercado financeiro da capital paulista, em razão do Dia Internacional dos Direitos Humanos, ontem

Pandemia no Brasil

Brasil Total Outros* Variação**

Casos 6,8 mi 42,3 mil 33,7%

Óbitos 179,8 mil 642 34%

Fase da pandemia

Acelerado

Estável

Desacelerado

Reduzido

Mapa do Brasil com cores indicando o estágio da pandemia por estado.

Dados das 20h de 10 dez

*Média móvel de 7 dias

**Em relação a 14 dias

Fonte: www.climatempo.com.br

Estados com mais óbitos

Total

1º SP 43,7 mil

2º RJ 23,5 mil

3º MG 10,5 mil

Ilustrada B9

Itaú Cultural e Masp

fazem retrospectiva

da carreira de

Beatriz Milhazes

Guia B18

Saiba o que ver

na edição online

da Virada Cultural

segundo o seu perfil

Reinaldo Azevedo: Um abrigo de milicos de pijama

Precisamos de uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária que bata continência à saúde dos brasileiros, não a um general da ativa, subordinado a um capitão da reserva. A Anvisa é hoje abrigo de milicos de pijama, agarrados a uma boquinha. Poder A7

Agência dos EUA abre caminho para vacina da Pfizer

Conselheiros do comitê independente da FDA, a agência reguladora de medicamentos dos EUA, recomendaram ontem a autorização para o uso emergencial da vacina da Pfizer e da BioNTech no país, abrindo caminho para um aval final do órgão. Saúde B3

Saiba quem compõe e o que faz a Anvisa no atual governo

Saúde B3

Instituto Butantan inicia a produção da Coronavac em SP

B2

Confirmado primeiro caso de reinfecção por coronavírus no país

B4

MPF em Goiás questiona entidade por não indicar 'tratamento precoce'

B4

Após resistência, MEC autoriza aulas remotas até fim da pandemia

B4

ATMOSFERA

São Paulo hoje

29° 18°

0h 6h 12h 18h 24h

Amazônia Domingo Segunda

20° 28° 20° 29° 21° 29°

Fonte: www.climatempo.com.br

VerCapas.com.br

155N 1414-5721

33490

9 771414 572069

EDITORIAIS A2

Turismo político

Sobre queda tardia de ministro e laranjas do PSL.

Que siga o inquérito

Acerca de apuração relativa à conduta de Bolsonaro.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 224.661.655

VISITANTES ÚNICOS 37.058.915

Robinho: Corte de Apelação italiana confirma pena de 9 anos por estupro PÁGINA 33



Beatriz Milhazes: Artista abre em São Paulo a maior exposição da carreira SEGUNDO-CADERNO



O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.903 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO



De olho no lucro, Governo não vai proibir participação de operador que já atue no país. Na prática, concessionário do Galeão pode disputar o Santos Dumont, terminal mais cobiçado ao lado de Congonhas

Corrida para vender terminais da Infraero

Empresa, em risco de se tornar dependente do Tesouro, pode ter dificuldades para gerir ativos. Primeiro leilão, com 22 terminais, será em março. Santos Dumont e Congonhas, maiores atrativos, deverão ser vendidos no 1º semestre de 2022. PÁGINA 23

REALIDADE PARALELA

'Finalzinho de pandemia' tem alta de casos em 21 estados

Declaração de Bolsonaro ignora UTIs lotadas em sete capitais

Às vésperas de chegar a 180 mil mortos pela pandemia da Covid-19, com casos crescendo em 21 estados e no DF e sete capitais com UTIs lotadas, o presidente Jair Bolsonaro

disse que o país vive o "finalzinho da pandemia". A declaração foi dada durante inauguração de um trecho de ponte sobre o Rio Guaíba, em Porto Alegre, que tem 90,3% dos

leitos de UTI para Covid do SUS ocupados. Ontem, foram registrados 769 óbitos e 53.359 novos casos da doença no país. A média móvel de mortes cresceu 35%. PÁGINA 14

Novas restrições a comércio e lazer no Rio

Para conter avanço do vírus na capital, Cláudio Castro e Crivella anunciaram horários escalonados para comércio, indústria e serviços, além de fechamento de áreas de lazer na Zona Sul e outras medidas. PÁGINAS

VACINA DA PFIZER

Governo assina compra de 70 milhões de doses PÁGINA 16

ESFORÇO DE GUERRA

Butantan inicia produção da CoronaVac PÁGINA 16

EUA: Covid matou mais em 24 horas que o 11 de Setembro

Com o vírus em expansão e o aumento de casos e internações, os EUA registraram 3.124 mortes na quarta-feira, o maior número

mero em um dia e mais do que o total de óbitos no atentado às Torres Gêmeas, em 2001. Só a Segunda Guerra Mundial e a Guerra de

Secessão, no século XIX, foram mais letais ao país que a atual pandemia, que já tirou a vida de 289 mil americanos. PÁGINA 31

MERVAL PEREIRA

Sucessão na Câmara vira briga pessoal PÁGINA 2

FLÁVIA OLIVEIRA

Encanto e tragédia nas comunidades PÁGINA 3

Declaração



— Estamos vivendo um finalzinho de pandemia e eu ganhei!

OBITUÁRIO JOSEPH SAFRA

Solidez nos negócios e amor às artes

Banqueiro tido como homem mais rico do Brasil faleceu ontem em São Paulo, aos 82 anos, de causas naturais. PÁGINA 26



Alcolumbre tem dificuldade para emplacar sucessor

Barrada a reeleição à presidência do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) vê crescer desajuste de MDB e PSD de lançar candidatos. PÁGINAS

Policia Federal investiga se Amil comprou MP que abateu dívidas

PF apura suborno a parlamentares entre 2011 e 2013 para aprovar MP que reduziu R\$ 35 bilhões de dívida de planos de saúde. PÁGINAS

DEZEMBRO

MÁGICO

CAOA CHERY

VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 4 E 5.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRASILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2020

NÚMERO 21.019 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

CONCURSO Autorizada a abertura de 1.500 vagas para cargos na Polícia Federal

PÁGINA 8

Homem mata a ex-mulher e a mãe dela

Foto: Arquivo Pessoal



Josimar Benedito Paiva foi preso, ontem, acusado de duplo feminicídio por assassinar Giane Alexandre, 36 anos, e a mãe dela, Maria Madalena Cordeiro, 60. Ele tentou simular um assalto, vendou os olhos do filho de Giane, de 6 anos, e deixou a criança por 11 horas dentro de um carro, sob ameaça. A polícia, o analista de sistema disse que se "apaixonou loucamente". PÁGINA 16



Dólar cai, indústria e varejo seguem em alta

Uma onda de otimismo está tomando corpo na economia. Pelo sexto mês consecutivo, o varejo registrou aumento nas vendas, com um avanço de 0,9% em outubro na comparação com setembro.

"No mínimo, mostra um fôlego da economia num patamar que já estava alto", avalia Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE. A Confederação Nacional da

Indústria, por sua vez, registrou, em dezembro, um aumento de 0,2 ponto no Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI), saltando para 63,1 pontos. Por fim, a conjuntura favorável no cenário

externo, com as medidas de estímulo nas principais economias e a perspectiva de uma vacinação em massa, levaram o dólar a R\$ 5,03, a menor cotação desde a primeira quinzena de junho.

PÁGINA 7

Apps

Motoristas sob constante tensão

Roosevelt da Silva (foto) é um dos quatro profissionais de transporte por aplicativo mortos em latrocínios este ano. Há, pelo menos, um assalto por dia à categoria.

PÁGINA 15



CASO ROBINHO

Decisão mantida

Tribunal de Apelo de Milão, na Itália, ratifica pena de prisão para jogador brasileiro por estupro coletivo.

PÁGINA 14

Ficção e realidade

Nas telas, as estreias de *O céu da meia-noite* e do documentário póstumo de Domingos de Oliveira. PÁGINA 22



O desafio de voltar à vida de atleta

Ana Clara Azeiteiro/CBIA Press



Leandro Padovani chegou a Brasília adolescente, com o sonho de jogar futebol profissional. Começou na equipe sub-17 do Gama, ganhou experiência e seguiu em times internacionais. Em fevereiro de 2018, uma queda em campo interrompeu a carreira do jogador. Mas, o espírito competitivo segue forte, com o objetivo de participar das paralimpíadas. "Quem é atleta, sempre vai ser", garante. PÁGINA 19

Anvisa aprova uso emergencial de vacinas

Após o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, pressionado por governadores e prefeitos, anunciar que a imunização, no Brasil, poderia começar este mês, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o uso emergencial de vacinas contra a covid-19 no país.

Para a vacinação em massa, no entanto, ainda é preciso ter o registro emitido pela Anvisa. O Instituto Butantan começou a produção de 1 milhão de doses da CoronaVac por dia.



Comitê nos EUA libera imunizante da Pfizer

Brasil registra 1º caso de reinfecção por covid

PÁGINAS 6 E 13



Dezembro Laranja

Em entrevista ao *CB Saúde*, a dermatologista Natália Souza Medeiros elencou as principais medidas de prevenção contra o câncer de pele. Diagnóstico precoce reduz chance de sequelas.

PÁGINA 17



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@cbbr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 96256.3846

DADOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .